



ENTREVISTA

Olhando para o cotidiano, os encontros e outro lado do balcão: desafios e contribuições do campo de políticas públicas para os governos na atualidade

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15701800>

ROBERTO ROCHA PIRES

CV Lattes : <http://lattes.cnpq.br/5449780717036843>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9392-949X>

Doutor em Políticas Públicas pelo Massachusetts Institute of Technology-MIT. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. É responsável pela INCLUA: Plataforma de Recursos Pró-Equidade em Políticas Públicas. Foi Coordenador-Geral de Indicadores e Evidências no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, responsável pela concepção e implementação do ObservaDH - Observatório Nacional dos Direitos Humanos e da RedeDH - Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos. Atua também como professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública do IDP. Desenvolve pesquisas sobre temas como desenho e implementação de políticas públicas, capacidades estatais, relações estado-sociedade, com foco em temas situados na interface entre políticas públicas e desigualdades sociais.

Roteiro, realização e edição: Marcos Arcaño de Assis e Bruno Magalhães (FJP).

MAA | BM: Como disciplina, as políticas públicas nascem de um diagnóstico de necessidade de estabelecer não apenas um campo científico capaz de oferecer soluções práticas a governos, mas também de trazer diagnósticos realistas que pudessem “speak truth to power”. Deixando de lado certo viés positivista, como você avalia o papel dos estudos de políticas públicas no Brasil na sua capacidade de influenciar governos e a ação pública?

ROBERTO PIRES: Eu acho essa pergunta muito interessante. Ela exige trabalharmos uma perspectiva histórica, mas também com ênfase nas diferentes formas de produção de informação relevante para as políticas públicas nos tempos de hoje. Historicamente, no âmbito internacional e no Brasil, temos uma relevância muito grande de grupos profissionais associados ao campo de políticas públicas, especialmente os economistas, que tinham bastante presença nos espaços de decisão associados aos processos de planejamento. O próprio IPEA, onde trabalho, fez parte dessa história, no caso brasileiro, inserindo economistas institucionalmente em processos de planejamento governamental dos anos 1960 e 1970. Depois, nos anos 1990, o papel desses grupos profissionais ganha ênfase nas reformas fiscais e na estabilização e, até mesmo associado a esses esforços de ajuste fiscal, o papel deles ganha reforço na avaliação de políticas públicas. Assim, inicialmente, eu entendo que era um campo fortemente dominado pelos economistas.

Mas isso começa a se abrir neste mesmo momento por duas razões: Primeiro porque passam a ser necessárias não somente avaliações que demonstram efeitos e impactos, mas que se voltem também para processos e para efeitos não perceptíveis, a partir das estatísticas oficiais, bem como por pesquisas de natureza mais qualitativa, de maior proximidade aos públicos-alvo. Segundo, porque ocorre em um contexto de desenvolvimento das instituições de políticas públicas do pós-constituição de 1988, crescendo o interesse nos estudos sobre o papel delas, como elas se estruturam, o que elas fazem, os efeitos que elas provocam. Com isso, temos um momento especialmente forte para as profissionais do campo de políticas públicas mais associadas às áreas da ciência política e da

sociologia, que passam a ocupar o espaço.

Esse processo de ampliação seguiu e se expandiu, ao se perceber que as arenas de políticas públicas precisam ser informadas por conhecimentos produzidos por pesquisadores. Um dos temas que eu acompanhei de forma muito próxima dizia respeito à incorporação da participação social em algumas políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu esse desiderato normativo, essa ideia de que as políticas têm que passar, no mínimo, por processos de controle social, mas cabendo até a processos decisórios compartilhados ou processos de consulta.

Em adição, já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, inicia-se a proliferação de modelos e formatos (institucionais ou não institucionais) de influência da sociedade civil. Isso era um objeto de estudo importante: a compreensão desses espaços, as suas diferenças, o que significa institucionalizar a relação do Estado e da sociedade e os seus efeitos. Passa-se então a perguntar: abrir para participação, incorporar membros do público, da comunidade, dos territórios influencia os processos de produção das políticas públicas? Se sim, como? E a teoria vai dizer que sim, mas era preciso também demonstrações empíricas efetivas desses processos de influência. Então, foi um período em que se pôde se debruçar sobre as diferentes formas de influência, seja na tomada de decisão ou na própria formulação de modelos, de ideias, de conceitos que influenciam a atuação governamental. A participação também aparecia como um espaço de coordenação entre órgãos de governo, entre atores da sociedade e dos governos, para além de decisão e controle, e efetivamente movimentou um conhecimento coletivo que se fortaleceu ao longo dos anos.

Terminando esse arco histórico, nessa última década, chama a atenção a importância dos estudos sobre políticas públicas informadas por

evidência (PPIE). Trata-se de um nicho de estudos que não fala sobre algo novo, porque como eu disse, a história do campo de políticas públicas é uma história de como o conhecimento produzido na sociedade, na universidade influencia as decisões governamentais, mas esse movimento da PPIE traz alguns enquadramentos conceituais úteis para a gente sistematizar temas antes muito difusos e menos problematizados. A própria nomenclatura de políticas públicas informadas por evidência estabelece um contraponto com esse nascer mais tecnocrático, mais positivista do campo de políticas públicas, dando origem a outro termo: Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE).

As PPBE estabelecem uma certa hierarquia entre o técnico e o político. Se a política pública é baseada em evidência, o conhecimento técnico tem precedência na definição. Já a ideia de PPIE vai assumir o contexto de uma pluralidade de conhecimentos, de que o conhecimento produzido por meio da pesquisa científica continua sendo muito importante, mas ele se dá dentro de uma ecologia mais complexa, onde profissionais e trabalhadores envolvidos com os processos também têm um conhecimento oriundo da sua prática e pessoas que são usuárias, militantes, observadores das políticas públicas também, a partir da sua experiência, têm conhecimentos importantes para aportar.

E esses estudos vêm mostrando que os atores políticos e os burocratas consomem um conjunto variado de informações quando desenham políticas públicas. A ideia de que o conhecimento científico, de certa forma, chega e ilumina aquele gabinete escuro é uma ilusão realmente forjada lá nos meados do século XX e que não se sustenta muito na prática. E a percepção de que a ciência vai perdendo esse status diferenciado, de única evidência possível, por um lado é muito bom, porque permite que essas outras formas de

conhecimento produzidas nos debates públicos, nas interações entre os atores sejam consideradas relevantes. Por outro lado, ela abre também um cenário muito complexo, em que muitos atores produzem conhecimento com a finalidade de influenciar governos e políticas públicas.

Sobre os muitos atores, eu digo, para além dos institutos de pesquisa tradicionais e das universidades, há um número cada vez maior de organizações da sociedade civil também cumprindo esse papel. Esse crescimento não é só quantitativo, mas também qualitativo e se coloca dentro de um espectro de orientação valorativa diverso. A gente tem situações em que, desde movimentos sociais ou organizações da sociedade civil orientadas para uma visão progressista, de radicalização da democracia, de inclusão, até de outros grupos que produzem evidências para demonstrar a necessidade de se gerar exclusões.

MAA | BM: Poderia dar um exemplo prático que ilustra esse último caso?

ROBERTO PIRES: Claro! Lá no Ministério dos Direitos Humanos, eu acompanhava às vezes os debates no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. E um dos grandes debates que tinha lá era justamente em torno da definição e da operacionalização do que é uma pessoa com deficiência e de como estabelecer esse critério. Porque uma vez que a pessoa é identificada como uma pessoa com deficiência, ela passa a acessar isenções fiscais, e certas políticas públicas. Neste caso, há um conjunto de atores sociais lutando pelo fechamento dessa definição, pela deslegitimação de outros pleitos, usando pesquisas científicas, usando o conhecimento originário da prática.

Portanto, eu acho que sobre como os estudos sobre políticas públicas influenciam os governos hoje, o grande desafio gira em torno das formas de composição, arbitragem ou deliberação

entre essa pluralidade de conhecimentos que se colocam nessa disputa por influência.

BM | MAA: Hugh Hecló, acadêmico norte-americano, diz que os governos não apenas exercem o poder, não apenas governam, mas também quebram a cabeça, se deparam com situações de problemas públicos que desafiam toda a sociedade. Não se trata somente da busca por uma solução disponível, mas de se deparar com problemas em que, de maneira geral, a sociedade não conseguiu solucionar. A partir disso, do ponto de vista de um acadêmico e também com experiências de praticante na gestão pública, quais são as temáticas mais desafiantes em termos dos problemas públicos que intrigam essa solução, essa definição, essa problemática de pesquisadores e tomadores de decisão no Brasil?

ROBERTO PIRES: É inegável que a gente tem hoje um conjunto de problemas públicos que são relativamente novos, que vêm sendo construídos e percebidos nas últimas décadas e que realmente demandam muita atenção da sociedade e dos governos em termos da construção de soluções. E aí eu acho que vocês já imaginam do que eu estou falando.

Tem toda a questão ambiental, mais especificamente, da mudança climática, as mudanças tecnológicas associadas à comunicação e interação, que vão desde o espectro da penetração da tecnologia na vida cotidiana, mas também da digitalização do Estado, das oportunidades que isso traz, porque realmente traz, mas os desafios também como a questão da desinformação.

Neste último caso, são mudanças na forma de produção e circulação da informação e do conhecimento que, dentro de uma pluralidade de possibilidades, podem ser de informações equivocadas, divergentes, maliciosas, que induzem a compreensão do Estado e das políticas públicas, que atrapalham a sua execução, sua evolução e

contribuem fortemente para a sua deslegitimação. Uma das derivações desse problema hoje é a dificuldade dos governos, seja de qual espectro for, de angariar um apoio mínimo a alguma proposta de política pública para além de 20%, 30%, ou algo que se aproxime da maioria. Isso sempre foi difícil, só que agora ainda tem esse desafio de ter que enfrentar um cenário de circulação de informação muito mais complexo, totalmente difuso, difícil de ser controlado a partir dos centros hierárquicos, porque agora é disperso. Esse tema da desinformação e os seus efeitos nas políticas públicas está sendo tratado nas agendas novas do IPEA.

Mas eu gostaria mesmo era de chamar mais atenção para um problema, que não figura usualmente nesse rol de problemas novos, por ser um problema velho, mas, que continua relevante, cada vez mais relevante. O problema da desigualdade social extrema continua mal resolvido e talvez pior ainda do que nas décadas passadas, ou seja, estamos mais longe de encontrar uma solução coletivamente aceita para ele. Vivemos hoje em sociedades muito desiguais, tirando, claro, uma exceção territorialmente definida na Europa, ou em alguns lugares do Hemisfério Norte, até mesmo umas pintinhas do Hemisfério Sul. Durante algumas décadas, essas sociedades lograram um processo de redução das disparidades, de produção de condições dignas de vida para grande parte da população, mas isso se perdeu, vem sendo desmontado, vem sofrendo questionamentos morais, fiscais e tecnológicos também. Com isso, temos hoje um cenário em que, inclusive nesses países, a desigualdade volta a crescer, por vários fatores: domésticos, econômicos e dinâmicas globais. Onde essa desigualdade era extrema, continuou extrema, como no caso do Brasil. Temos alguns lampejos de redução da pobreza, mas raramente vemos mudanças no nosso quadro de disparidades entre

as experiências de vida das populações.

Voltando para o cenário atual das dificuldades de produção e circulação do conhecimento, a desigualdade encontra muita dificuldade de se legitimar como um problema central. Sim, é um objetivo da República, que está na Constituição, escrito com todas as letras: “combater as desigualdades sociais e regionais”. Está expresso em diversas outras legislações voltadas a grupos específicos à questão de gênero, racial, associada a pessoas com deficiência e outros grupos. O Brasil é signatário de todo e qualquer acordo ou convenção internacional sobre esses assuntos. Não nos falta compromisso normativo. Mas, assim, em termos de tecnologia, de política pública, a gente tem avanços históricos na área da assistência social, na área da saúde, na educação, mas que são, de certa forma, truncados pelo subfinanciamento, pelos problemas de coordenação em nível nacional e por uma falta também de atenção, de adaptação dos processos às especificidades desses grupos. Conectando isso com uma discussão de capacidades estatais, o Estado brasileiro é altamente capaz de conter populações à margem, de conter populações em territórios periféricos, sem perspectivas de mobilidade e de inclusão.

MAA | BM: O Brasil como incapaz de reduzir as desigualdades?

ROBERTO PIRES: Sim. Isso me parece ser uma das coisas mais antigas que o Estado brasileiro faz, e continua fazendo muito bem, apesar de que hoje isso não faz mais parte do discurso formal, oficial, mas está entranhado nas práticas, está entranhado na forma como os equipamentos públicos estão distribuídos no território. Para dar um exemplo que eu costumo usar quando eu apresento a Plataforma Inlua. Na pandemia, naquele início da distribuição das vacinas, a política focalizou a população idosa,

depois ia descendo as idades. Lá no município de São Paulo, o Lab Cidade produziu uns dados que mostraram que nessa fase de focalização, que poderia exercitar um enfoque equitativo de atender primeiro a uma população mais vulnerável, você tem uma concentração da distribuição das vacinas na região mais central da cidade e você tem a taxa de adoecimento mais intensa na periferia da cidade. E isso se deve diretamente à localização dos equipamentos de saúde no território.

Então, começa por aí, a presença do Estado no território, depois os procedimentos que acabam criando barreiras, acabam criando custos, acabam criando dificuldades de todo tipo. Chegando a fazer essas pessoas se sentirem como não dignas ou merecedoras dos serviços, tudo isso chegando até aos comportamentos e ações dos agentes ali na linha de frente, nos contatos cotidianos. Portanto, eu acho que o combate à desigualdade extrema e as formas de exclusão e violência que a desigualdade produz continuam sendo um tema muito desafiador. Pode não ser tão sexy quanto essas agendas modernas, contemporâneas e associadas ao uso da inteligência artificial, à transformação digital?. E até por isso, há o risco de que justamente essas novidades reforcem e reeditem as formas de reprodução de desigualdades que o Estado e suas políticas públicas já exercitam.

E isso se vincula com o debate de capacidades estatais, ou melhor, um debate que eu não vejo acontecer, mas gostaria muito de ver e, se possível, de participar: qual capacidade é essa que está faltando?. Aposto que passa por uma capacidade, bem à la James Scott, de legibilidade da população, de enxergar a população na sua diferença. Uma coisa é desenvolver uma política pública para um cidadão médio, abstrato, um cidadão a partir do conceito de cidadão, um sujeito que tem todos os direitos e que cumpre

seus deveres. Outra coisa é eu desenhar uma política pública considerando que, em um determinado território, a maioria da população é negra, é de baixa renda, em que há muitas mulheres com deficiência. Aí vem a engenharia de pensar que tipo de instrumentos, de arranjos, de coordenações eu preciso produzir para que a política pública chegue a essas pessoas não como um fardo, não como algo que as faça sentir inadequadas. Mas sim como algo que acolha e permita a experiência do exercício de direitos, que gera um efeito de feedback positivo, um querer participar, se envolver, se achar importante. Enfim, acho que dá para chegar nas capacidades de legibilidade das diversidades na população e nas capacidades de adaptação das instituições e serviços aos públicos e territórios. Acho que esse é um caminho bem frutífero.

MAA | BM: Retomando, agora criticamente, certo viés positivista do campo: o que há de novo em termos de pesquisa que tem repensado, do ponto de vista das políticas públicas, como o Estado brasileiro vem agindo para compreender e contornar problemas públicos?

ROBERTO PIRES: Vou aproveitar a pergunta para situar uma agenda de pesquisa muito promissora para isso, mas, ao mesmo tempo, entendendo que não é uma resposta única nem geral para contornar os problemas públicos. Parto do reconhecimento de que estamos em um momento meio crítico, em que muito do que aprendemos não está sendo adequado, não está sendo suficiente para entender a realidade. Mais concretamente eu queria me reportar à seguinte situação. Hoje há situações em que um governo ganha eleição com uma determinada plataforma, por exemplo, de expandir programas sociais, aumentar o investimento público. O governo obviamente enfrenta dificuldades, não faz isso perfeitamente, mas vamos supor que consiga aumentar os orçamentos da política social, o

número de políticas e os beneficiários dessas políticas. Isso vai repercutir no apoio político ou na leitura do apoio político àquele governante, mas pode não repercutir na leitura que aquele sujeito faz sobre o que é o papel do Estado. A pessoa não recebia apoio e passa a receber, mas sua reação é sempre que “a vida está ruim, o estado não está me atendendo. “Eu quero alguém que chegue e destrua tudo isso, porque isso aí não é para mim”. Então é claro que isso tem muitas entradas, muitas explicações, mas trazendo aqui para o nosso querido campo de políticas públicas, eu acho que o que está nos faltando atualmente é tentar entender esses fenômenos da política pública a partir da experiência dessas pessoas. O que é que elas estão enxergando que a gente não está enxergando? Aprendemos e passamos décadas exercitando um entendimento de política pública em que as instituições, as organizações, os atores burocráticos, os agentes públicos são os nossos protagonistas. Sempre olhamos para esses objetos e processos e tentamos, a partir deles, gerar conhecimento útil para o aprimoramento das políticas. Mas, raramente, nós do campo de públicas exercitamos entender a política pública e o Estado, tal como se manifestam na vida cotidiana das pessoas. Então, o primeiro sintoma disso é que não falamos de pessoas, mas de beneficiários, de público-alvo, de paciente, estudante, cotista. Ou seja, o campo de políticas públicas operou tradicionalmente em uma redução das pessoas às categorias administrativas que eram designadas para defini-las.

Eu não estou fazendo uma crítica destrutiva a isso, que tem que continuar, é muito necessário e nos rendeu um conhecimento muito importante. Mas tem uma lacuna que quero chamar a atenção: precisamos nos colocar mais próximos do lugar das diferentes pessoas e de como as políticas públicas chegam na vida delas, como produzem efeitos sobre elas. Não por meio de

um cruzamento de dados abstratos, mas sim por meio do cotidiano dessas pessoas. O que mudou, o que não mudou e como é que esse mudou ou não mudou informa o jeito dela se relacionar com a importância de resolver problemas públicos por meio de políticas executadas pelos governos, seja em parceria com a sociedade, com o setor privado. Essa é a agenda que eu vou me dedicar mais nos próximos tempos, a partir da trajetória de estudos sobre a implementação, sobre o burocrata que atua lá na linha de frente, sobre os encontros desse burocrata com as pessoas que buscam o serviço.

Assim, a perspectiva agora é pular o balcão e se colocar lá do outro lado. Já temos alguns esforços nesse sentido, como o trabalho do Peter Spink, do Fernando Burgos e associados, dizendo que é preciso “olhar para o outro lado da rua”. Temos o trabalho da Rosana Boullosa, chamando a atenção para a necessidade de uma mirada ao revés. Temos o trabalho da rede internacional de pesquisa LOCI (Lower Classes and Public Institutions), coordenada por Vincent Dubois, que vai tentar entender as relações das classes subalternas com as instituições. Então, agora a gente está buscando ocupar essa lacuna por meio de desenhos de pesquisa que não partam da política pública, mas sim procurem enxergar como é que ela eventualmente aparece na vida cotidiana das pessoas.

Isso envolve uma aproximação das trajetórias de vida e uma observação do cotidiano, porque o cotidiano de um sujeito na contemporaneidade é atravessado por políticas públicas, mais ou menos perceptíveis. Tem a ver com pegar um ônibus, tem a ver com tomar uma vacina da gripe, pagar um imposto, ir para uma escola, seja ela pública ou privada, mas ela está passando por esse tipo de injeção das políticas públicas. E, a partir desse esforço, tentar enxergar como

é essa experiência cotidiana. Porque as pessoas não estão enxergando a política nacional tal, que tem um arranjo super complexo, porque envolve estados, municípios, uma conferência nacional que ocorre de tantos em tantos anos, e aí vem o STF e judicializa, aí vem o Congresso... Claro, isso é um mundo importante. Mas é muito importante também se perguntar sobre em que medida os encontros, a presença das políticas no cotidiano reforça valores relativos à dignidade, à inclusão, à possibilidade de que todos os membros dessa comunidade podem exercer seus direitos, ou reforça o desprezo, a desvalorização, a impossibilidade de ser, o ódio, a humilhação, o desespero. Por um lado, a gente pode ver mais investimento na saúde, na assistência social, mas se você procura um serviço e tem que esperar dez meses para conseguir realizar um exame, como você vai se sentir? E na hora que você for chamado a se pronunciar sobre o seu apoio às políticas, como você vai reagir? Penso que é exigir demais que o sujeito tenha uma experiência desagradável, para dizer o mínimo, e ainda seja capaz de formular uma abstração sobre a possibilidade da política pública ser o caminho das coisas melhorarem, da sociedade progredir, de obter o bem-estar coletivo. Acho muito difícil! Acho que só quem estuda muita teoria sobre o assunto poderia se pensar assim, não é mesmo?

MAA | BM: Excelente, muito bom! Ficamos aqui animados e curiosos com essa nova agenda que você está propondo e desejamos sorte. Quem sabe possamos contribuir de alguma forma do lado de cá também! Alguma consideração mais sobre essa agenda de pesquisa?

ROBERTO PIRES: A hora que a gente se joga lá para o outro lado da rua, a gente enxerga que também essa relação, não é uma relação entre duas partes apenas: do lado de cá a instituição pública, os seus trabalhadores, o balcão, e, do

lado de lá, o usuário, o beneficiário, os dois eles se encontram e o acesso se realiza. Quando olhamos para o lado de lá, a gente percebe que para o sujeito chegar no encontro com o Estado, há todo um esforço de ação coletiva. Muita gente atuou para produzir esse encontro. Há todo um trabalho que sustenta a política pública que acontece do lado de lá. Uma parte desse trabalho é do próprio sujeito, que vai procurar informações, vai absorver algum custo, seja material ou de outra ordem, vai se comportar da forma como a instituição espera. Então tem toda uma coprodução ali que esse sujeito está fazendo, e que alguns não conseguem fazer e que acabam sendo excluídos por causa disso também. Mas tem uma outra parte do trabalho que é feita por outras pessoas, que a gente poderia chamar de intermediários. São pessoas, são terceiros que se colocam nesse encontro, que se colocam como partes importantes na produção do acesso entre a política pública e o sujeito que busca esse serviço. Esses intermediários podem ser de diferentes tipos: um membro da família, um jovem da família que ajuda o idoso a acessar o INSS digital e a dizer onde ele tem que clicar e como é que ele carrega ali um documento, porque aquilo ali está difícil para ele. Pode ser uma ONG que já faz esse trabalho de organizar a informação, dar uma assessoria. Pode ser um serviço público de intermediação. Por exemplo, na assistência social, tem o SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social, operado por pessoas cujo trabalho é ajudar as pessoas em situação de rua, mas não apenas, a acessarem o serviço.

E aí, voltando para o desafio da desinformação de uma pergunta anterior. Hoje, tem esses intermediários operando processos importantes associados a como essas pessoas entendem a política pública. E não prestamos atenção nisso. O intermediador, ele pode reforçar uma perspectiva de direitos, do tipo: “olha aqui, eu te

dou informação, eu te capacito, eu te empodero para você conseguir”. Ou ele pode ser o velho despachante. “Chega aí, me paga uma taxa, eu desenrolo aqui para você e toda vez que você precisar, você me procura”. E todo mundo usa despachante. O rico usa muito, mas é porque chama assessoria, consultoria. Tem outros nomes que fazem parecer uma coisa natural. O problema são os intermediários dos desfavorecidos, porque eles têm menos oportunidade de escolher. E é justamente esse o lugar onde as organizações religiosas estão raiando. Porque ao prestar esse serviço, eles estão arrebanhando, fazendo um trabalho de proximidade e as organizações de base também de direita e de extrema direita, que veiculam mensagens assim: “olha, quer saber? Aquilo ali é um caos, você só vai conseguir se for pelo meu caminho, porque eu tenho um contato lá e é assim que se resolve. Não adianta você ir lá. Você não é um cidadão. Talvez você consiga alguma coisa com a minha interferência”. E aí isso vai negativando. O Estado vira esse lugar inacessível, corrupto, que reforça privilégios, que eu só consigo acessar se for por meio de um agente privado que tem suas conexões.

Trata-se da mesma agenda de pesquisa, mas que lançaria o nosso olhar para esses outros agentes. E isso se encaixa dentro de uma perspectiva tradicional da nossa formação no campo de políticas públicas. Mesmo que estudemos sobre democracia, participação na sociedade civil, mesmo que tenhamos adorado a sociologia da ação pública francesa, é uma tradição que está dizendo: “os problemas públicos são resolvidos quando o governo toma uma decisão, implementa, e aí isso vai descendo dos níveis mais centrais para cá, para cá, até chegar lá no balcão. E acaba no balcão”. A sociologia da ação pública até enxerga um cenário mais complexo, entendendo isso na governança. Mas o que eu estou chamando a atenção é para uma tradição

muito unidirecional do fluxo de produção de políticas públicas. E quando olhamos pelo outro lado, quando fazemos essa mirada ao revés - em referência ao trabalho de Rosana Boullosa - e percebemos essa multiatorialidade, eu acho que nos conectamos com algo que é mais contemporâneo na forma como as pessoas estão vivendo o mundo hoje: a dispersão, a ausência de um centro que coordena. E se a resposta para esse mundo hoje, de polarização, de desinformação, de desconcentração dos pólos de produção do conhecimento é a resposta tradicional que vêm lá do centro e vêm descendo e vêm descendo até chegar ao balcão, a gente não vai dar conta de responder. Precisamos começar a enxergar que esses agentes difusos são parte do processo de produção da política pública e influenciam em grande medida as experiências das pessoas. Do contrário, continuaremos com a sensação de que os nossos instrumentos são insuficientes para enfrentar o desafio.

Enfim, eu acho que somos um campo bem formado, que aprendeu muita coisa estudando as teorias e fazendo pesquisa sobre as políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, eu sinto que está faltando alguma coisa para sermos capazes de oferecer respostas alinhadas às necessidades de hoje, aos desafios de coordenação social, de produção de consensos mínimos, de canalização da atenção, respostas para alguns entendimentos de políticas públicas e para soluções necessárias para gerenciá-los.

MAA | BM: Muito bom! Você propõe um giro, que vai além dos estudos de capacidades estatais, de implementação e de governança, talvez um giro ecológico. Animados com essa promessa de agenda por aqui, queremos te agradecer por trazer essas reflexões, percepções, sentimentos e emoções para esse espaço de diálogo que a revista Campo de Públicas Conexões e Experiências vem construindo.